

CONTRAMOVIMENTOS E CONTRAMOBILIZAÇÃO: UMA ANÁLISE NACIONAL E LATINO-AMERICANA

YNDIRA COELHO SOARES¹; OTÁVIO SANTIAGO GOMES DA SILVA²;
LUCIANA BALLESTRIN³

¹ Universidade Federal de Pelotas – ycsoares@ufpel.edu.br

² Universidade Federal de Pelotas – otaviosgs@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Pelotas – luciana.ballestrin@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O contexto do gradual recuo da sociedade civil e da recessão democrática afeta diretamente as normas de direitos humanos, particularmente, em como são promovidos internacionalmente (POPPE e WOLFF, 2017). Roggeband e Kriszán (2019) explicitam que o fechamento desses espaços tem um viés claro de gênero, implicando negativamente no ativismo do movimento feminista, além de incentivar à violências baseadas no gênero.

Nota-se que os fenômenos políticos contemporâneos internacionais têm demonstrado que existe uma erosão das democracias em nível transnacional. Neste sentido, investigações apenas domésticas não conseguem captar de maneira mais precisa como ocorrem as formações contrárias ao gênero, afinal às suas raízes remetem ao Vaticano (CORRÊA e PARKER, 2020, p.09)

A contramobilização de gênero, no âmbito regional, na região possui três dimensões: eclesial, moral-econômica e militar (GAGO, 2019). Segundo a autora, o gênero possui um elemento da transversalidade ideológica, sendo capaz, portanto, de ser propagado para além de um espectro. Quando se trata de questões envolvendo o gênero e a sexualidade, em especial a população LGBTI+, a literatura da área (FACCHINI e FRANÇA, 2020; BIROLI et al, 2020) coloca ponto em destaque a agenda de direitos dessa população contraposta a uma agenda anti-direitos ou neoconservadora, seja no Brasil, seja em países latinoamericanos, todos com recentes processos democráticos.

Dessa forma, o presente trabalho propõe a discussão da contramobilização e dos contramovimentos no contexto de reação aos avanços envolvendo gênero e sexualidade, localizados nos âmbitos brasileiro e regional, em particular na Organização dos Estados Americanos (OEA).

2. METODOLOGIA

Foi empregada a técnica de pesquisa documental e bibliográfica de natureza qualitativa, dispondo-se de dados secundários obtidos em periódicos, documentos oficiais, *sites*, livros e relatórios. Quanto à teoria, foi utilizada a literatura sobre contramovimentos e contramobilização, com recentes abordagens empíricas, nos âmbitos brasileiro e de países latino-americanos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto regional latino, percebe-se uma mudança no direcionamento político a partir da década de 2010, especialmente na destituição de governos de centro-esquerda e, conseqüentemente, do desmantelamento da “maré rosa” na

região. De forma similar ao cenário internacional, nota-se que os países latino-americanos têm passado por oscilações de cunho político e fortalecimento do (neo)conservadorismo; como consequência e convergência, essas nações desconsideram tratados e agendas nacionais, regionais e internacionais sobre direitos humanos, gênero e sexualidade (BIROLI et al, 2020).

Desde 2010, as disputas relacionadas ao gênero vão além do aspecto legislativo, como podemos observar no acordo de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e a Colômbia em 2016, nas eleições no Brasil e na Costa Rica em 2018 e na oposição à paridade de gênero na participação política no Paraguai (BIROLI et al, 2020). Além disso, tivemos a circulação de ônibus com campanhas contrárias ao gênero no México, logo após a Reforma Constitucional do Distrito Federal, e, dois meses depois, o mesmo ônibus estava no Chile durante a votação final sobre a proibição do aborto; ações contrárias à "ideologia de gênero" nas escolas públicas uruguaias; a revogação da Lei de Identidade de Gênero na Bolívia; e ataques à legislação de combate à violência de gênero no Equador (CORRÊA, 2018 apud GAGO, 2019, p.20).

Trazendo para o caso brasileiro, durante o primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014), houve uma reação mais eficaz contra a agenda de direitos relacionados à diversidade sexual e de gênero (FACCHINI E FRANÇA, 2020, p. 12-13); um marco dessa reação foi a decisão da Presidente de suspender a distribuição do material didático "Escola sem Homofobia" logo no primeiro ano de seu mandato, devido à pressão de parlamentares conservadores que apelidaram a iniciativa de "kit-gay". Essa empreitada continuou nos anos seguintes, com o cancelamento da campanha de prevenção ao HIV-Aids em 2012, por conter um casal gay trocando carícias, e em 2014, com a retórica da "ideologia de gênero" e do "Escola sem Partido", apoiada pelo Movimento Brasil Livre (MBL).

Após o impeachment da Presidente Dilma em seu segundo mandato (2015-2016), a partir de 2016, nos governos de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2018-2022), as políticas de diversidade sexual e de gênero passaram a ser combatidas. Isso se deu, respectivamente, com a transferência das atribuições do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça, e com a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, liderado por uma ativista de direita "terrivelmente cristã", Damares Alves (FACCHINI e FRANÇA, 2020). A crise política e democrática, juntamente com a reação e a contramobilização aos movimentos igualitários, ganharam força, uma vez que o Ministério da Educação, em 2017, durante o governo do presidente em exercício Michel Temer, retirou todas as menções às expressões "identidade de gênero" e "orientação sexual" da nova versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL DE FATO, 2017). É evidente a disputa que esses temas geram, trazendo conflitos e litígios da esfera política para a esfera judicial.

Nesse caminho de retrocesso aos avanços dados pelas políticas públicas, uma agenda de estudos tem procurado avançar, em meio à crise democrática vivenciada nos últimos anos, em outro norte de trabalho: como se opera a mobilização reativa, ou seja, a reação/contramobilização desses movimentos neoconservadores contrários às políticas de diversidade sexual e gênero.

Ainda, na lógica das (contra)mobilizações de grupos reacionários e contrários às pautas da igualdade, Cooper (2017, p. 68-69) observa as origens da responsabilidade familiar privada, uma tradição florescida no final do século XIX, durante a chamada "Era Dourada" do capitalismo americano. Atualmente, a

autora observa que tanto os neoliberais, quanto os novos conservadores sociais, pretendem recuperar essa tradição que retira do Estado e coloca na esfera pessoal as questões ligadas aos direitos igualitários.

4. CONCLUSÕES

Para fins de conclusões preliminares, com base na pesquisa que pretendeu analisar os contramovimentos perante a agenda de gênero e sexualidade no contexto brasileiro e latino-americano, em particular, na OEA, é possível destacar que essa onda neoconservadora, em nível internacional, pode ser interpretada com uma reação, a qual pretende retirar a temática dos direitos sexuais e reprodutivos dos espaços públicos e democráticos de discussão. Quanto ao âmbito brasileiro, as questões relacionadas ao movimento LGBTI+, envolvendo gênero e sexualidade, a agenda de estudos destaca o fortalecimento e o engajamento de um movimento neoconservador, defensor dos bons costumes, da moralidade e da família (paternalista, patriarcal, heterossexual e monogâmica).

Dessa forma, a relevância da presente pesquisa se faz na medida em que coloca a contramobilização, em especial a neoconservadora, como um conflito político, nos âmbitos nacional e latino-americano, demonstrando as similaridades dessas reações e, principalmente, que a temática de gênero e sexualidade instiga a investigação das disputas sociais e da dimensão política em que estão envolvidas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL DE FATO. MEC retira 'identidade de gênero' e 'orientação sexual' da base curricular. **Educação**. Edição: Brasil 247. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/07/mec-retira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-base-curricular>>. Acesso em: 01 nov 2023.

COOPER, Melinda. **Family Values: between neoliberalism and the new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017.

CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. "Prefácio". In: MORAGAS. **Políticas Antigênero en América Latina: el caso de la Organización de los Estados Americanos (OEA)**. Rio de Janeiro: G&PAL Género & Política en América Latina, SPW, 2020.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Org.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

GAGO, Véronica. Cartografar a contraofensiva: o espectro do feminismo. **Nueva Sociedad**, dezembro de 2019, ISSN: 0251-3552

POPPE, Annika; WOLFF, Jonas. The contested spaces of civil society in a plural world: norm contestation in the debate about restrictions on international civil society support. **Contemporary Politics**, [s. l.], v. 23, n. 04, 469-488, 2017.

ROGGEBAND, Conny; KRIZSÁN, Andrea. **Democractic Backsliding and The Backlash Against Women's Rights**: understanding the current challenges for feminist politics. Nova York: UN Women, 2019.